

# **A CONSTRUÇÃO DO FUTURO E A REDIMENSÃO DO PASSADO**

*DELMA PESSANHA NEVES<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

O artigo apresenta uma análise dos desdobramentos das práticas e representações sociais de trabalhadores assalariados da agroindústria canavieira, no município de Campos, estado do Rio de Janeiro, diante do processo de deslocamento dessa posição para a de produtores agrícolas tutelados por instituições vinculadas à política de reforma agrária.

**Palavras-Chave:** reforma agrária; representação social; trabalhadores.

## **Introdução**

Os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira da Região Açucareira de Campos - Estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, participam continuamente do processo de constituição das relações de trabalho através de ações instrumentalizadas pelo debate em torno do cumprimento da legislação trabalhista. Essas ações em grande parte são orientadas

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> A Região Açucareira de Campos, segundo classificação da FIBGE, corresponde ao espaço físico de predomínio da produção de cana-de-açúcar no norte do Estado do Rio de Janeiro. No momento abarco os municípios de Campos, São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu e São Fidélis. Inserem-se nessa produção agro-industrial 15 usinas, duas destilarias autônomas, 15.000 fornecedores de cana e 40.000 trabalhadores rurais, aproximadamente.

formalmente pelos porta-vozes e representantes políticos institucionais, os dirigentes sindicais (cf. NEVES, 1988, 1989).

Enquanto desdobramento dessa prática institucionalizada e formalizada, possível numa conjuntura política relativamente favorável, o encaminhamento de ações visando o respeito a legislação trabalhista foi transformado em alternativas concretas de acesso a terra de uma das usinas da Região Açucareira de Campos Redundou assim na exclusão dos trabalhadores agrícolas a ela vinculados da condição de vendedor da força de trabalho e inserção destes num processo de constituição social como proprietário de terra e produtor agrícola.

Alegando incapacidade de pagamento dos créditos contratados pela expansão do parque industrial e da produção agrícola e reivindicando do governo federal a consolidação das dívidas, o proprietário da Usina Novo Horizonte passou a explicitar publicamente suas dificuldades financeiras durante o início da década de 80 responsabilizando o IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool pelo fato de retardar em demasia a definição do processo de consolidação das dívidas, cujas verbas deveriam ter sido liberadas desde 1981.

A usina operou precária e descontinuamente nas safras do início da década de 80. Interrompeu definitivamente o funcionamento ao término da safra 1984/85. Nos dois anos seguintes, seu patrimônio esteve subjugado à condição falimentar, transformado em massa falida.

Os trabalhadores agrícolas<sup>3</sup> encontravam-se sob um sistema de dominação sustentado pela dependência pessoal, possível pela circunscrição de suas experiências a um espaço relativamente fechado. Este sistema fundava-se na expectativa de obtenção de dois recursos básicos a reprodução dos trabalhadores e de suas famílias: residência e trabalho sob reconhecimento legal do vínculo, que se traduziam em possibilidades de aumento de salário e melhora das condições de vida.

---

<sup>3</sup> Os trabalhadores dessa usina se diversificavam conforme vinculação às diferenciadas atividades produtivas: agrícola, industrial e administrativa. No primeiro caso eles eram classificados como trabalhadores agrícolas, no segundo, trabalhadores da fábrica, e, no terceiro, empregado ou funcionário de escritório ou da administração. O privilegiamento do acesso à terra pelos trabalhadores agrícolas se deve a critérios estabelecidos pela política governamental de reforma agrária. Os trabalhadores vinculados às atividades industriais que apresentassem uma trajetória com experiência anterior na atividade agrícola poderiam ser credenciados para a ocupação de área de terra destinada a esse fim.

Diante da falência da usina, os trabalhadores agrícolas e os trabalhadores da fábrica inseriram-se num processo de questionamento da autoridade do dono da *usina*, através da avaliação negativa explícita e pública de seu comportamento patronal, reivindicando (juridicamente) dele o cumprimento dos direitos trabalhistas. Contavam para tanto com a mediação do STIAC Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos, ao qual a maioria se encontrava filiada. Essa diretoria sindical orientava os trabalhadores a manterem o direito de moradia em casas de propriedade da empresa (e massa falida e a preservarem também com isso o vínculo trabalhista).

Concorrendo pela disputa da representação política dos trabalhadores rurais, os dirigentes do STRC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, apresentaram outra proposta de defesa dos interesses dos representados em foco. Ingressaram com processos de reclamação por cumprimento da legislação trabalhista (salários atrasados férias e décimo-terceiro vencidos etc.). Sensibilizaram várias instituições para oferta de recursos imediatos, de modo a minorar as dificuldades de reprodução física. Concomitantemente, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e da FETAG-RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro encaminharam processo de reivindicação da transferência da propriedade agrícola da usina para assentamentos<sup>4</sup> dos trabalhadores a ela vinculados, através do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Esse encaminhamento foi objetivado num momento relativamente favorável, de constituição desse ministério e de implantação de uma política nacional de reforma agrária, de cujo debate e elaboração participavam os dirigentes da CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representante do *aparato* institucional ao qual se filiavam a FETAG-RJ e o STRC<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> O termo assentamento é de origem jurídica, presente nos regulamentos e resoluções que definem a objetivação do programa de reforma agrária. Indica o processo de instalação definitiva dos proprietários beneficiados por esta política. Os trabalhadores estudados por observação empírica neste artigo atribuem a ele, além daquele significado, o sentido de identificação de um espaço físico e social com especificidade em face da subordinação direta ao INCRA.

<sup>5</sup> Sobre a prática política do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e do Sindicato dos Trabalhadores de Usina de Açúcar de Campos, consultar Neves, 1985, 1988, 1989a, 1989b. Para uma análise da relação desse caso com, o contexto mais geral de disputa em torno da criação do PNRA, ver Neves 1992.

Em 23 de março de 1987, 4.335,10 ha (aproximadamente 90% de toda área agrícola da usina) foram desapropriados pelo Decreto 94.128/87, para efeitos de reforma agrária e “assentamento” dos anteriores trabalhadores agrícolas<sup>6</sup>.

Neste artigo, analiso o processo de mudança da posição dos trabalhadores rurais em produtores agrícolas autônomos, apreendido no momento mesmo dessa constituição porque ainda em curso<sup>7</sup>. Centro as considerações sobre os desdobramentos nas práticas e representações dos trabalhadores, agentes imediatos do processo de mobilização em torno do atendimento de determinados interesses construídos *no* próprio processo e em face do deslocamento de suas condições de participação no *campo* de disputas pela apropriação de bens.

Compreendendo a diferenciação como constitutiva e subjacente às diversas posições sociais, como expressão de deslocamentos sociais provocados por processos mais gerais pela ação dos próprios agentes diante do jogo de forças cambiantes e concorrentes, ela mesma provocando desdobramentos diferenciadores, a análise sob este prisma é fundamental ao estudo do processo de mudança social dos assalariados em produtores agrícolas autônomos. Para tanto, é preciso ultrapassar a restrita valorização do aspecto econômico e incorporar as dimensões políticas e ideológicas no entendimento das diferenciadas posições, dirigindo a análise para o campo de disputas dos agentes relacionados entre si.

A diferenciação, por conseguinte, é vista como criadora de oposições, interesses divergentes, mas também de lealdades novas, outras

---

<sup>6</sup> Os 4.335,10 ha desapropriados pelo Estado estão distribuídos por 6 fazendas: Novo Horizonte, Baiano, Conceição do Imbé, Cambucá, Batatal e Aleluia. A análise das relações sociais específicas e da composição social diversa que nelas têm expressão não aparece neste texto por falta de espaço.

<sup>7</sup> O trabalho de campo, no qual as informações e dados aqui apresentados foram obtidos, foi realizado em períodos descontínuos entre dezembro de 1987 e fevereiro de 1989. Acompanhei as ações dos trabalhadores e dirigentes sindicais durante a fase inicial de inserção no processo de acesso à terra. Retomei o trabalho de coleta de dados em janeiro de 1992, realizando algumas entrevistas com técnicos mediadores e produtores. Deverá ser, a partir de junho do corrente ano, aplicado um questionário a cada unidade familiar de produção, visando a elaboração de um balanço das relações já consolidadas, da diferenciação entre os produtores e do volume e diversificação das atividades produtivas. O processo de transferência da propriedade da terra do usineiro para os trabalhadores rurais se constituiu em objeto de pesquisa apresentada sob relatório: Neves, 1989b. Outra versão sobre o processo de mudança social da posição dos trabalhadores rurais para pequenos produtores pode ser encontrada em Neves, 1992.

formas de consenso, outras expressões de dissenso, novas formas de afiliação, novas visões de mundo e de compromissos políticos (cf. NEVES, 1985; 1988).

Todavia, para que essas considerações sejam frutíferas, os ganhos não podem ser avaliados apenas pelo atendimento a objetivos gerais, delimitados por uma política pública de redistribuição da terra que contempla uma totalidade imaginada; ou não podem ser medidos apenas por dados concretos. Devem também ser contabilizados pelos desdobramentos sociais surgidos a partir dessas experiências de resistência e conquista, de reconhecimento social do direito ao acesso a propriedade redistribuída da terra: mudanças nas relações sociais, nas representações no sistema de posições internas a esse assentamento de trabalhadores mobilizados, e construção de um ator político nesse próprio processo de contraposição social. Devem ser entendidos pelas marcas dos sistemas envolventes sobre os atores, mas também o inverso, pelas marcas dos interesses e projetos destes nos sistemas e instituições abrangentes (cf. TEPICHT, 1975).

### **Apropriação da terra: um sonho acalentado**

Tendo reconhecida publicamente a situação de injustiça para com eles, colocados em posição definida como indigna, por serem convertidos em indigentes ou dependentes *da* caridade pública (apesar *de* credores do usineiro), rompidos os compromissos deste com *a* reprodução social do sistema de poder, condição que impunha a imobilização deles *e* de seus familiares na propriedade da empresa, os trabalhadores passaram a construir um discurso sobre a ilegitimidade do usineiro enquanto proprietário dos meios de produção, alocador de força de trabalho e detentor de um saber técnico para administrar a produção na usina (cf. MOORE JR., 1987).

Embora os trabalhadores da Usina Novo Horizonte tenham encaminhado as formas de luta segundo referências às suas afiliações e experiências de vida anteriores, como assalariados e moradores em propriedade da empresa e não imaginassem a possibilidade de

expropriação do usineiro e da apropriação da terra por eles, como um dos desdobramentos do conflito pela defesa de seus interesses, no processo mesmo de luta, constituíram-se em atores da construção de outro (e proposto) projeto de vida e de vinculação a mundos sociais diversos, acalentados pelo sonho, quem sabe realidade, de se transformarem em proprietários rurais e produtores agrícolas autônomos.

Construídas socialmente a ilegitimidade do padrão e a desnaturalização do sistema de dominação anterior - em face da ruptura das regras sociais que norteavam as relações de compromissos entre o usineiro e os trabalhadores -, a legitimidade do acesso a terra começou a ser tenuemente elaborada. Como um grande sonho, *a priori* vislumbrada como a solução para os problemas da subordinação do uso da força de trabalho, dos limites impostos a reprodução física e social e ao reconhecimento da autonomia e dignidade pessoais, a “reforma agrária” (equivalente a redistribuição legalizada da terra foi concebida como modo de vida social contraposto ao do passado).

Apesar de os trabalhadores terem afinal obtido uma primeira vitória nesse pleito, com a desapropriação da terra da usina em março de 1997, eles continuaram a enfrentar inúmeras dificuldades para reprodução física e social e para reconhecimento de seus direitos. Ao decreto de desapropriação, os dirigentes do INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária -, órgão destinado a dar prosseguimento as ações de consolidação dessa medida e a assegurar o “assentamento” definitivo, não acrescentaram as regras qualificadoras do acesso individual a terra ou que acenassem para a criação de novos horizontes orientadores da construção de outra forma de organização social. Afastada a expectativa de que a usina voltasse a funcionar, os trabalhadores retornaram a uma situação de relativo isolamento e foram tomados por um sentimento de descrença em relação aos efeitos concretos do “assentamento” ou da autonomia pessoal através da produção agrícola. Alguns tiveram que vivenciar a sua separação e/ou a dos filhos em condições de vinculação ao mercado de trabalho, na procura de outras formas de remuneração. Outros voltaram a se filiar às atividades produtivas das demais usinas da região ou se submeteram a um intenso processo de desqualificação do valor da força de trabalho, incorporando-se aos processos produtivos postos em prática por fazendas que circundam a usina então falida. Os que dispunham de tempo de serviço para aposentadoria, galgaram esta afiliação. Os que se

encontravam diante de precárias condições de saúde, tentaram obter licença médica e benefícios da Previdência. Asseguraram, entretanto, como instrumento de luta e garantia dos direitos decorrentes da vinculação ao trabalho, a posse da casa onde residiam. Mesmo que dela se ausentassem para trabalhar fora e levassem a família, aí mantinham os móveis e utensílios para caracterizarem a posse e não se verem preteridos do pagamento dos direitos trabalhistas reclamados judicialmente. Por fim essa posse assegurava ainda a pretensão de acesso a uma área de terra, quando da seleção dos beneficiários a ser implementada pelo INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Os trabalhadores valeram-se de uma série de termos para qualificar a insegurança, a incerteza e as limitações enfrentadas. Sem condições de decisão, definiam-se como estando **por conta da reforma**, estando na reforma (constituição de outro modo de vida cujos parâmetros seriam definidos pelo Estado). Mas essa existência social era caracterizada como caótica: cada informação não podia ser totalmente considerada guia de comportamento porque dificilmente confirmada.

A “reforma agrária” nesses termos, era pensada como **enrolo, incerteza, desorganização**. O trabalhador **na reforma** era visto como um chefe de família sem autoridade, sem autonomia, sem projeto, sem orientação: **um gato no saco**.

Entretanto, eles passaram a conviver com o reconhecimento da decisão pública e oficial de desapropriação divulgada pela imprensa escrita, radiofônica e televisada; e confirmada pelos dirigentes sindicais. O projeto de redistribuição da terra torna-se então um discurso possível, pois que seu reconhecimento era dado por outras instituições legitimadas e acatadas pelos potenciais beneficiários dessa apropriação.

Orientados pela divulgação oficial dos projetos de Colonização e do Programa Nacional de Reforma Agrária, mas desorientados diante das incertezas quanto a organização do futuro e desiludidos quanto a oferta imediata de recursos concretos para materialização da propriedade da terra - título e crédito para implementar a produção agrícola -, os trabalhadores definiram a “reforma agrária” (novo modo de vida) como um projeto desejado e aguardado, pois que dependente de decisões externas às influências deles e nem sempre passíveis de resolução mediante reivindicações e pressões deles emanadas. Inseriram-se, por isso e de modo mais intenso, na construção de uma nova ordem social pela

contraposição aos atributos negativos do passado e pelas incertezas do presente.

Essa construção social, produto de inserção desses atores em outros sistemas de comunicação e centros de decisão, pressupõe a participação segundo sua presença num campo de posições sociais objetivamente estruturadas. Tais posições resultam não só das diferenciações internas ao sistema de relações nos quais eles tinham existência social, como também das absorvidas e das interagidas através dos mediadores institucionais.

### **A apropriação da terra do “dono da usina”: um conflito construído**

Para além de facilitarem a reprodução física dos trabalhadores rurais moradores na área de terra desapropriada da usina, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos se empenharam para que a inserção na atividade agrícola criasse o fato político de dar existência concreta ao “assentamento” e aos novos atores no campo de disputas em torno do reconhecimento de seus interesses. A adotar a atitude de espera pela decisão técnica dos órgãos dos governos estadual e federal para concretizar o processo de “assentamentos”, seria impossível manter os trabalhadores por tanto tempo sem inserção em outra atividade produtiva. Seria impossível controlar a dispersão e a desmobilização.

Colaboraram nessa decisão política dos dirigentes sindicais, algumas instituições vinculadas aos governos estadual e federal. Eventualmente (durante a transição política ou no contexto da “Nova Republica”) ocupadas por titulares comprometidos com formas democráticas de distribuição de recursos públicos e de acesso a créditos por pequenos produtores agrícolas, técnicos de setores do Ministério do Interior como a SERSE-PRODENOR (Secretaria Especial do Sudeste - Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense) e da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) elaboraram programas de fomento e de mobilização política para os trabalhadores vinculados a terra a partir de projetos de “assentamento”.

Através de tais instituições, foram firmados convênios de prestação de serviço e transferência de recursos para o INCRA, de modo a viabilizar a regularização fundiária e o processo de “assentamento” desses trabalhadores. E como desdobramento dos convênios, recursos financeiros foram transferidos para contratação de pessoal e prestação de

alguns serviços. Os técnicos - agrônomo, técnico agrícola e assistentes sociais -, embora subordinados a outras instituições - EMATER-RIO - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - e FUNDENOR - Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense atuavam sob a orientação política (e controle) dos dirigentes sindicais do STRC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos. A partir de 1989, a Prefeitura Municipal de Campos, através da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Social e de Agricultura, mantendo aqueles mesmos tipos de técnicos e em atuação conjunta com a EMATER-RIO, tem sido a instituição de apoio mais decisivo, tanto em termos de direção política como de oferta de recursos materiais e financeiros: serviço gratuito de preparo de solo; empréstimo de semente - feijão, milho, arroz, hortigranjeiros etc.; e transporte gratuito dos produtos agrícolas para a **Feira da Roça**, praça de mercado por elas patrocinada, que, pela incorporação desses subsídios diretos e indiretos, opera com preços em média 20% inferiores aos do mercado.

A transferência daqueles recursos financeiros previstos nos convênios se destinava: - a manter em sistemático contato com os trabalhadores uma assistente social, para assegurar a mobilização, a organização política e a inserção no papel de produtor agrícola “assentado”, posição vinculada a dependência das decisões e encaminhamentos dos técnicos do INCRA; - e a propiciar o pagamento da prestação de serviços de preparo do solo para alguns deles. Ademais, voltada para a assistência técnica e social através de uma equipe de agrônomo e extensionista social, a EMATER-RIO - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - instalou no local um posto de atendimento, construção materializada na edificação de um pequeno prédio, cujo efeito simbólico foi indiscutível, pela visibilidade e pela criação de ponto de encontro dos técnicos entre si, de autoridades públicas em visita a área desapropriada e da possibilidade de procura por parte dos trabalhadores interessados.

A participação dos técnicos inseridos nesses programas e dos dirigentes sindicais se orientou para as seguintes ações e interações: - co-autores na construção do projeto de vida social; - alocadores de recursos institucionais (financeiros ou assistenciais); - porta-vozes imediatos dos interesses construídos para e pelos trabalhadores; - assessores, apoiadores (afetivo e moral) e selecionadores de lideranças constituídas pela ampliação do saber (contato com outros “assentados” e

as representações institucionais através de visitas e estágios em instituições de assistência técnica, congressos, seminários, assembleias gerais de trabalhadores rurais, reuniões em sindicatos); - porta-vozes para encaminhamento de reivindicações a políticos partidários etc.

Relacionando-se diretamente com as instituições estatais encarregadas da distribuição de recursos financeiros para assistência social e técnica, esses profissionais mediadores encaminharam projetos, nem sempre imediatamente relacionados com as necessidades explicitadas pelos trabalhadores ou do processo de “assentamento”, mas com as alternativas oferecidas. Os recursos financeiros quase sempre não são planejados para atendimento de necessidades “reais”, mas para aquelas criadas por técnicos ou titulares da direção institucional, referenciadas a outros campos garantidores de reconhecimento e legitimidade dos postos que ocupam e de atuações deles esperadas. Contudo, uma série de recursos viabilizaram material e simbolicamente o processo inicial de conformação do produtor agrícola. Dentre esses recursos têm destaque: um trator, um caminhão, instrumentos destinados a irrigação, verbas para pagamento de preparo do solo e sementes etc.

Os mediadores lideraram a elaboração de versões sobre problemas e reivindicações para debate junto aos técnicos do INCRA, pressionando-os para cumprimento das exigências jurídicas e técnicas definidas como inerentes ao processo de delimitação da área de terra e redistribuição dos lotes: avaliação de perímetro, de topografia, de fertilidade do solo etc.; documentação necessária ao desdobramento do processo de expropriação do usineiro e apropriação da terra pelo Estado.

A participação de representantes dos trabalhadores nessas audiências, mesmo que em posição secundária ou amedrontada, ignorantes em relação as condições e normas do debate, propiciou a socialização direta e indireta deles, a percepção das dificuldades, dos interesses divergentes ou contraditórios e a necessidade de criação de mecanismos de pressão para que os procedimentos burocráticos fossem agilizados.

Inserindo parte desses futuros “assentados” no campo de luta específico a este ator, através de seminários e encontros com outros deles, antigos assentados ou ainda em luta pela conquista da propriedade da terra, tais profissionais mediadores permitiram que os trabalhadores se percebessem como parte de uma luta mais ampla, possível inclusive pela ampliação de aliados, reafirmando a necessidade de esconjurar o

desânimo e de construir paulatina e irremediavelmente o acesso produtiva a terra.

Um dos fatores fundamentais da mudança de postura adquirida também nessa experiência, foi a percepção de que o medo, em grande parte, derivava da internalização de regras e visões de mundo do sistema de poder inerente as relações de trabalho na usina. Ouvindo relatos de outros “assentados” sobre formas de luta em que a violência física era um fato (e atual), muitas vezes acompanhadas de morte de um deles, os ex-trabalhadores da usina, que compareceram a tais encontros, perceberam o quanto podiam ser mais ativos e a quanto de atribuição de autoridade ainda era imputada ao **dono da usina** e aos fazendeiros vizinhos. Ouvindo relatos de outros “assentados” sobre o tempo decorrido para obter a titulação legal da terra (10, 20, 40 anos, marcos que valorizaram para a memória social), tempo este não impeditivo da conquista da autonomia financeira e da melhoria das condições de vida, os ex-trabalhadores da usina, participantes desses seminários e congressos, perceberam que também podiam assegurar tais aquisições construtoras de direito. E, estimulando e agregando, contaram e recontaram a alguns outros colegas essa versão e postura, advertindo que, a esperar o título legal para iniciar a produção, postura dominante entre eles, ele se esvaíria no tempo.

A despeito de essa participação ser seletiva, na medida em que apenas os representantes se beneficiavam de modo mais direto desse processo de aprendizagem e socialização, eles puderam traduzir de modo mais próximo, segundo a percepção e medos próprios a posição de isolamento e subordinação que antes ocupavam, as dificuldades; propor alternativas de ação para os demais e tentar deslegitimar as posturas mais medrosas e incrédulas.

Buscando apoios, os técnicos mediadores e os dirigentes sindicais construíram alianças com políticos partidários e com alguns jornalistas da imprensa local, que colaboraram no reconhecimento desse ator político e desse produtor agrícola, passível de se tornar parceiro na construção de relações de reciprocidade, seja pela reafirmação material do investimento objetivado pelos políticos, seja pela troca de votos.

Contudo, o papel fundamental dessas ações dos técnicos e dirigentes sindicais foi facilitar a explicação privada e pública da ilegitimidade do dono da usina como autoridade e proprietário dos meios de produção, desnaturalizando esse poder e relativizando internalizações

comportamentais inculcadas na situação social anterior. Desse modo, os técnicos e dirigentes sindicais colaboraram na construção do conflito social, no reconhecimento do direito a propriedade da terra, no abandono do senso de inevitabilidade dos limites impostos e da adesão a ordem estabelecida; na criação de meios que viabilizassem a disputa por recursos; na elaboração de novo senso comum e novas representações sobre o mundo social; ou na construção da identidade social de trabalhadores convertidos em emergentes produtores agrícolas autônomos.

Por conseguinte, diante dos limitados recursos acima aludidos, alguns trabalhadores iniciaram as atividades produtivas de exploração da terra e se impuseram econômica e politicamente como pequenos produtores agrícolas; e como primeiros interessados na preservação de um patrimônio vislumbrado como futuramente seu.

O fato de os recursos financeiros não serem abrangentes para atendimento a todos e de apenas alguns deles se integrarem ao processo produtivo ou participarem do exercício da representação política é expressivo da diferenciação já existente entre os trabalhadores. Interessaram-se e lutaram de imediato para obtenção do serviço de preparo do solo os trabalhadores que podiam se liberar, mesmo que parcialmente, do trabalho assalariado. Essa liberação era possível por contar com filhos em idade de se integrarem ao mercado de trabalho e sustentarem a família durante o tempo de ciclo vegetativo dos primeiros cultivos. Era possível para aqueles que possuíam pai ou sogro aposentados, que podiam se dedicar ao cultivo enquanto o candidato a apropriação da parcela de terra se mantinha trabalhando sob assalariamento em outras unidades produtivas, agrícolas ou não, no município. Também para aqueles que contavam com a mãe (em certos casos), esposa e filhos em idade em torno de 10 a 16 anos para manterem a ocupação da terra e a exploração de diminutos cultivos, que, por isso mesmo, não propiciavam a rápida liberação do trabalho assalariado do candidato. Por fim, era possível para aqueles trabalhadores que, embora enfrentando dificuldades decorrentes do período de falência da usina, conseguiram manter alguma poupança ou transformar algum instrumento de trabalho em dinheiro passível de ser utilizado na manutenção da família nos primeiros meses de cultivo.

Mantiveram-se fora dessa primeira inserção na atividade agrícola os trabalhadores cujas famílias se situavam no primeiro ciclo de vida biológica e social, com filhos muito pequenos e dependentes da mãe, impedindo-a de colaborar com o esposo. Os trabalhadores que, vinculados a empresas com empregos relativamente seguros, recebiam perder esse controle em nome de uma dedicação incerta, em termos de colheita e da continuidade na oferta recursos financeiros. E, por fim, os que, embora não enfrentando os constrangimentos acima apontados, tinham dúvidas sobre a concretização do processo, acentuadas pelas indecisões e delongas dos órgãos estatais responsáveis pelo assentamento.

As famílias se diferenciaram quanto às condições de inserção no processo produtivo, também em virtude da diversidade da posição ocupada no sistema de hierarquia de funções da usina, tendendo a se reproduzir, embora de modo diverso, nesse novo processo. Os campeiros, encarregados de turma ou aqueles que haviam optado pela “hibernação social”, escondendo-se em recantos das fazendas para terem acesso a formação de lavouras e criação de animais, possuíam, de um modo geral, carroças, animais de tração e locomoção. Valendo-se da situação de ruptura no controle administrativo do patrimônio e da ociosidade da terra, não mais utilizada para cana, alguns dos trabalhadores, dessa posição e condição, aumentaram o número de cabeças de gado bovino e cavalar, alternativa antes interdita.

Outros, paradoxalmente durante o processo de falência, em que se inseriram em outras atividades produtivas, conseguiram acumular alguns recursos ou obter funções ou cargos nas relações de trabalho que permitiram a poupança. E o caso dos trabalhadores que se tornaram empreiteiros de seus colegas para Santa Cruz; que conseguiram se vincular de modo permanente a outra empresa; que obtiveram, segundo percepção própria dos significados atribuídos ao desempenho de função, uma profissão, e assim, se pensavam em trajetória de ascensão (pelo menos sob este aspecto e sob o controle de condições para busca de melhoria salarial); que constituíram casas de comércio, em substituição, mesmo que distanciada, ao vazio deixado pela ausência do fornecimento, do bazar e da quitanda antes sob administração da usina<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A usina mantinha fornecimentos ou armazéns espalhados por diversas fazendas e junto à sede. Através desse sistema de suprimento a administração da usina encontrava novas formas de valorização do capital e de apropriação de mais-valia, pois que controlava o dinheiro obtido como salário pelos trabalhadores. Majorando o preço dos produtos e reduzindo a qualidade destes e o valor salário, impunha a restrição do consumo,

Outros, em nome do sistema de regras de reciprocidade que orientavam as relações de trabalho, contaram com algumas formas de ajuda dos fazendeiros, antigos parceiros, para iniciarem os cultivos. Essa ajuda se manifestava em oferta de esterco, mudas de banana, manivas, empréstimos de animais ou carroças e concessão de pasto para criação de animais.

Por fim, algumas famílias controlaram mais favoravelmente recursos necessários à inserção no processo produtivo por melhor dominarem os códigos de relações e comportamentos que orientam as afiliações institucionais. Esta situação se expressa mais claramente entre aquelas famílias que contavam com um dos seus membros com maior nível de instrução e maior experiência de convívio fora do antigo sistema social de produção e dominação: filhos ou filhas que trabalhavam fora, que ocupavam posição de professor local etc. Esse conhecimento, contudo, pôde ser adquirido durante o processo de “assentamento”, pela maior participação nos atos e elaborações que viabilizam as estratégias de luta política junto as instituições que controlam a distribuição dos recursos desejados. Nessa situação se encontravam os delegados sindicais, os representantes de produtores conforme distribuição por fazenda, os trabalhadores que têm mais disponibilidade material, social e cultural para se engajarem nas excursões, encontros, seminários, atos políticos assembléias, reuniões, entrevistas com pesquisador (inclusive) e técnicos das instituições estatais, contatos mais freqüentes com agrônomo e assistente social que trabalhavam diretamente no processo de viabilização do “assentamento”.

Se a conversão o desses assalariados em produtores agrícolas foi sendo consolidada diante de circunstâncias profundamente desfavoráveis, quando avaliadas a partir dos objetivos do Programa Nacional de Reforma Agrária ou de uma proposta política que assim possa ser qualificada, o processo de acesso a terra se tornou irreversível politicamente pelo investimento que técnicos, dirigentes sindicais e alguns trabalhadores efetivaram, referendando ações recíprocas e compromissos mútuos com o projeto de construção do futuro.

---

controlava o fluxo de circulação do dinheiro, limitando o acesso dos trabalhadores a outras praças de mercado. Os trabalhadores iam retirando as mercadorias semanalmente e, ao final do mês, a administração da usina pagava como salário o valor abatido desse consumo.

## **A diferenciação e a elaboração política de uma nova ordem social (moral)**

O controle diferenciado desses recursos, ao propiciar modos diversos e desiguais de inserção no processo de produção, viabilizou a expressão social da constituição política e ideológica de dois segmentos de trabalhadores nesse processo de “assentamento”: **os que crêem e os que não crêem na reforma agrária.**

O discurso que dá expressão social **aos que crêem** ou que valoriza s que se integraram de imediato ao processo produtivo, correspondendo à necessidade que os mediadores têm de fazer crer ser possível a luta para obtenção de recursos que permitam a propriedade privada da terra, acentua a coragem, a negação da experiência social passada, a resistência aos supostos inimigos dos trabalhadores (“que apostam na derrota do assentamento”). Estimula o orgulho e a dignidade, destacando a impossibilidade de se aceitar como dados, a derrota e o insucesso no processo de “assentamento”.

Os produtores que elaboram esse discurso põe em realce o próprio esforço e dedicação, o investimento já realizado, que não pode ser em vão ou apropriado por terceiros, o usineiro, os fazendeiros ou até aqueles trabalhadores que, incrédulos, não se integraram à produção sob condições adversas. Reclamam o apoio e a adesão necessários porque, admitindo a obtenção do título de propriedade, do crédito, das facilidades para comercialização, vislumbram a possibilidade de os trabalhadores incrédulos se apropriarem do produto desse trabalho, político inclusive, sustentado principalmente no aumento do esforço físico para assegurar a produção agrícola.

Reclamam ainda da disseminação da dúvida e da insegurança por parte dos incrédulos, facilmente absorvidas diante da morosidade burocrática, das respostas duvidosas, dos enrolos, da postergação de soluções e de oferta de recursos básicos à produção, por parte das instituições que deveriam ser as primeiras interessadas na agilidade das soluções.

Frente a esse confronto, cada vez mais experimentam a necessidade de criar, recriar ou caricaturar politicamente **os que não crêem**, os medrosos, para se contraporem aos efeitos perversos da insegurança. Colocam-se assim diante da necessidade de exorcizar socialmente **os que não crêem** e de criar um **ethos** que assegura a vivificação da esperança e do sonho; que se apresente como

contraproposta, em face das dificuldades de compreensão mais adequada de um quadro de forças não perceptíveis em sua totalidade.

A eficácia do discurso **dos que crêem** legitima-os como agentes fundamentais e responsáveis pelos sucessos e conquistas alcançados, mas também impõe aos que não se inseriram ou o fizeram de forma secundária, marginal ou duvidosa, a elaboração de um contra-discurso que justifique essa posição; que acentue as incertezas inquestionáveis diante de instituições estatais morosas e distantes dos interesses reais dos trabalhadores em “assentamento”; e que exalte a valorização e a redimensão dos aspectos vistos hoje e antes como positivos no sistema de poder posto em prática pelo usineiro.

Para **os que não crêem**, as experiências passadas apontavam para a necessidade de cautela, de modo a não repetirem a situação de privação anterior. A visão dos órgãos do Estado como lugar de realização dos interesses pessoais dos titulares e seus amigos, a denúncia do abandono e do desrespeito com que os “pobres” ou os “trabalhadores” são tratados e a abrangência e a profundidade da inversão social por eles vividas, em face da expropriação da terra do **dono da usina** e a sua possível apropriação por aqueles que dele sempre foram dependentes, todos esses fatores eram para esses trabalhadores, indicativos de que deveriam ser “realistas”. Era malogro assegurado jogarem-se, arriscadamente, em sonhos de impossível ou de difícil concretização. A “reforma agrária” era **uma mentira, um engano para bobo**. O **dono da usina** estaria aparentemente aceitando ver os trabalhadores usarem o seu patrimônio independentemente de suas ordens, **fazendo-se de bobo**, mas deveria estar com um processo na justiça para retomada da terra. A expectativa era de que, a qualquer hora, uma tropa de policiais lá estaria para impor aos trabalhadores sua real condição, tal qual conheciam por uma experiência próxima e concreta. Essa expulsão violenta ocorrera com os trabalhadores que, no início da década de 60, ocuparam área próxima, supostamente da Usina Cupim, denominada por eles Mocotó, mas reconhecida na literatura produzida pelas lideranças institucionais desse processo de reivindicação da redistribuição da propriedade da terra, naquele contexto, como “ocupação do Imbé” (cf. O`DWYER, 1989,

NEVES, 1989, PUREZA, 1982). As formas de luta deveriam, então, incidir sobre o que reconheciam como direito - o pagamento dos salários atrasados - e a postura correta seria aguardar o dia em que recebessem o título de propriedade da terra para dela de fato se apossarem produtivamente.

Essa percepção e a derivada postura encontravam sintonia entre os **trabalhadores da fábrica**, líderes da organização política e da concretização das medidas iniciais de reação à ruptura nas condições de reprodução das relações de trabalho, primeiros a se indignarem com a violação de normas que orientavam a retribuição da venda da força de trabalho, mas excluídos de qualquer outro benefício diante da desapropriação da terra.

Eles almejavam que a usina retomasse as atividades. Eliminada essa alternativa, a maior parte dos **trabalhadores da** fábrica migrou em busca de novas formas de inserção no mercado de trabalho ou o fez mediante longas viagens. Residentes em torno da usina, onde se concentravam os recursos e serviços comunitários, situados em proximidade física com a casa do **dono da usina** e social com o sistema de autoridade e poder, testemunharam a “decadência do lugar”, isto é, a eliminação ou minimização desse aparato institucional. Definiam os trabalhadores **agrícolas** como ocupantes de funções e cargos menos valorizados, como “tolos” porque mais distanciados de tais recursos e submetidos a tarefas mais desgastantes. Percebendo-se em situação “privilegiada” relativamente a tal sistema de posições organizado pela distribuição socialmente diferenciada de funções, cargos e modos de inserção no processo de trabalho -, também enfrentaram um processo de inversão da hierarquia social aceita e legitimada até então.

O centro das decisões e da efervescência social e as alternativas de concretização de trajetórias ascendentes - ou a construção de um percurso visto como assegurador de melhores condições de vida eram transferidos das posições que ocupavam para as daqueles antes delas distanciados. Posicionaram-se contra a desapropriação e contra os dirigentes sindicais do STRC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos - por terem apresentado e encaminhado um proposta de benefícios unilaterais e excludentes, que os expropriou de um projeto político e dos benefícios das estratégias implementadas enquanto trabalhadores de usina para fazerem juz aos serviços até então prestados pela administração da empresa. Difundiram a dúvida e a insegurança,

exaltaram o risco e exorcizaram a coragem pela sua qualificação como ganância e ilusão passageira. Por tais motivos, eram vistos pelos **que crêem** como **inimigos primeiros da reforma**.

A construção desse novo campo de agentes diferentemente situados quanto à concorrência de projetos e interesses sociais, elaborados em virtude das novas posições que se compuseram nesse próprio jogo de disputa, incorpora assim a experiência social passada; ou a percepção possível desta experiência, percepção que atua na atribuição de significados às ações. Essas ações diferenciadas revelam a distribuição desigual das alternativas de escolha e de chances de integração em projetos sociais em concorrência pela hegemonia e, desse modo, desvelam que a inversão de posições pode se dar em múltiplos sentidos e trajetórias.

O entendimento dessas relações em jogo destaca a importância da dimensão simbólica na estruturação desse grupo de produtores. Demonstra que a vitória nesse jogo é de quem nele se empenha e procura fazer crer os seus efeitos. enquanto para uns a “reforma agrária” (propriedade da terra e constituição de outro modo de vida) é uma aspiração circunscrita ao sonho e, dessa forma, sem correspondência com as condições objetivas que viabilizam essa conquista, para outros, ela pode ser efetivada, no sentido do controle produtivo da terra, porque o sonho corresponde a percepção da mudança e da avaliação cotidiana das pequenas e progressivas aquisições, objetivando uma vontade de poder. Essas visões diferenciadas em relação ao futuro presidem portanto a escolha e reproduzem ou reordenam (também reproduzindo): relações sociais estruturadas e em estruturação. Esse futuro, contudo, aparece como um arbitrário social, produto imprevisto de múltiplos embates, nem sempre ao alcance dos olhos e da projeção, porque distanciados, mediados e dependentes de visões que alcançam a hegemonia em campos sociais cujas regras de funcionamento são irreconhecíveis pelos trabalhadores. Arbitraria social também porque dependente de reordenações imprevistas, de estrangimentos preexistentes e impostos interna e externamente, no decorrer do próprio processo de constituição das novas posições sociais.

A construção desses produtores agrícolas decorre assim de relações objetivas que regem a deles enquanto grupo: relações internas e passadas e aquelas, em grande parte direcionadas pelos mediadores, que lhes oferecem muitas das alternativas de percepção, de avaliação e de

orientação das ações praticas e de redimensão e desnaturalização do sistema de poder e regras já internalizadas.

Essa diferenciação econômica, política e social evidencia a construção de uma nova segmentação moral, mas também de um sistema de regras fundadas em valores que orientam a ética do trabalhador: **os que têm coragem** (empreendedores, que desenvolvem, dentro de limites dados, projetos de ascensão e de melhoria das condições de reprodução física e social da família) e a marginalização dos **indolentes, acomodados, submissos** à ordem social imposta pela Usina, segundo a ótica **dos que crêem**.

Os desdobramentos desse processo de diferenciação em curso mostram-se cumulativos. Diante da limitada exploração da área total desapropriada e para evitar o estímulo à cobiça alheia (dos proprietários vizinhos e do usineiro, em nome mesmo da falta de utilização), os produtores que primeiramente se integraram ao processo de produção também foram estimulados a, relativamente, produzirem cada vez mais. Conquistando autonomia financeira (em termos de reprodução simples) e melhores condições de vida, apresentam-se como modelares para os demais trabalhadores “amedrontados”, “inseguros” ou sem condições de, com os recursos oferecidos, abandonarem o assalariamento. Comprovam politicamente para os apoiadores ou críticos, que o processo de “assentamento” se consolida independentemente das adversidades. Demonstram-se capazes de objetivar social, política e simbolicamente, o desejo de reordenar o futuro e de transformar tal desejo em “monumento”, isto é, o **Assentamento de Novo Horizonte**, tal qual a área é hoje publicamente identificada; ou a objetivação da posição alcançada, isto é, os **pequenos produtores de Novo Horizonte** ou **os pequenos produtores da Reforma Agrária**, tal qual eles se vêem e são reconhecidos

Como produto desse investimento social, o segmento de produtores consolidados ou em processo de consolidação vem crescendo e se tornando numericamente significativo (em 1990 eram calculados aproximadamente em torno de 130 e, ao final de 1991, de 250). Movidos por essa disputa em torno de tais recursos e pelos efeitos concretos demonstrados pelo primeiro segmento de produtores econômica, política e socialmente consolidados, outros deles tentam incorporar o cultivo da terra ao trabalho assalariado, seguidos pelos que posteriormente foram selecionados e recentemente ocuparam a área de terra.

## A concorrência dos excluídos

Segundo critérios estabelecidos pelo INCRA, os trabalhadores aposentados não têm acesso ao mesmo tamanho de área de terra daqueles considerados produtivos. Eles podem se manter na área desapropriada, mas com lotes “urbanos” ou “sítios”. essa regra, para esses atores, se contrapõe aos valores exaltados na elaboração da legitimidade da apropriação da terra do **dono da usina** e da antecipação do engajamento, sob condições adversas, no processo produtivo.

Os dirigentes e os técnicos valeram-se da explicitação da experiência e submissão do tipo de exploração da força de trabalho e da ruptura ou violação as regras inerentes ao contrato trabalhista, que pressupunham reciprocidade entre empregados e o empregador, para mobilizar os trabalhadores a se assumirem como proprietários de parcelas da terra antes respeitadas como do **dono da usina**. Os trabalhadores reconhecem essa experiência de submissão com o termo **sacrifício**, substantivação sintética mas veemente da imolação inerente àquele vínculo de trabalho. Incorporando tais argumentos, ressaltando experiências coletivas e individuais denunciadoras do **sacrifício**, todos os trabalhadores residentes na área desapropriada, tanto os **de lavoura** como os **da fábrica**, os ativos e os inativos se consideram com direito à terra. O sucesso dessa argumentação entre os aposentados deve-se à reafirmação, em outro contexto, de um direito conquistado através de formas coletivas e individuais de luta dos trabalhadores de todas as usinas da região (cf. NEVES, 1988, cap.V). O acesso a casa sem contrapartida financeira e a permanência nela como parte inerente ao direito à aposentadoria, consolidaram-se como elementos constitutivos dessa forma de subordinação ou imobilização da força de trabalho, adotada como modelo predominante por volta da década de 30 desse século (cf. PIQUET, 1986:68-85).

Tal forma de construção ideológica dos trabalhadores convertidos em produtores agrícolas tem criado situações de demanda que impõe a proposição de novas regras para os técnicos do INCRA. Elas pressupõem a discussão dos interesses daqueles que se vêm por eles excluídos. Os **trabalhadores agrícolas** aposentados reivindicam terra para os filhos e alguns raros **trabalhadores da fábrica**, para si, acrescentando, na justificativa, o fato de a área não estar totalmente ocupada, demonstração, segundo eles, de desinteresse de alguns dos **trabalhadores de lavoura**,

qualificados como os **que não têm coragem** ou os **que não crêem na reforma agrária**.

Além de alegarem o sacrifício vivido e o direito adquirido de permanecerem residindo na casa, em face da vinculação de trabalho à usina, além de tentarem preservar o controle de recursos e da posição que haviam conquistado, alguns dos trabalhadores aposentados almejam ainda propiciar aos filhos condições de estabilidade na reprodução física e social, livrando-os do assalariamento. Reivindicam, como os demais que foram beneficiados, oportunidade de deixar algum patrimônio para os filhos; ou voltarem a agregá-los, já que, em vários exemplos, a separação deles decorreu de desemprego motivado pela falência da usina. Caso contrário ou sob outra solução, a filiação dos filhos como trabalhadores estava assegurada, porque regra respeitada por esse usineiro expropriado e pelos demais, na maior parte dos casos, como demonstração de reconhecimento da dedicação dos trabalhadores chefes de família (cf. Neves, 1989).

Reivindicam, desse modo, o reconhecimento de conquistas ameaçadas diante das alterações causadas pela falência mas principalmente pela desapropriação e proposta de redistribuição da terra, que compensará alguns e excluirá outros da apropriação do lote. Os excluídos de tais benefícios ou submetidos a maiores constrangimentos para acesso a eles, tentam assim administrar também essa redistribuição, incluindo regras desconsideradas por tal alternativa de resolução política do conflito de interesses criado pela falência da usina.

A reivindicação dos **trabalhadores agrícolas** aposentados recebe apoio consensual entre aqueles ainda sob assalariamento e os produtores agrícolas consolidados ou em consolidação, os dirigentes sindicais e os técnicos que estabelecem a mediação entre eles e o suposto projeto de “assentamento” pelo Estado. O consenso de que todos devem ser compensados pelo desgaste a que se submeteram quando empregados da usina, torna-se possível também porque a maior parte dos trabalhadores se agrega por relações de parentesco. Assim sendo, a reivindicação por esse reconhecimento recai sobre o pai ou o sogro, condição que, posteriormente, também pode se traduzir em aumento do patrimônio e colocar limites à entrada de trabalhadores de outra origem social no processo de “assentamento”.

Em nome desse vínculo de trabalho anterior, alguns trabalhadores que foram demitidos ou pediram rescisão do contrato **antes da falência**, principalmente se a vinculação fora enquanto **trabalhador de lavoura**,

procuraram se cadastrar para concorrer à seleção, ou, em nome de relações de parentesco, amizade ou camaradagem, ocupar (“invadir”) e construir casa e roça.

A análise dos agentes concorrentes deveria incluir ainda as investidas que fazendeiros vizinhos e o usineiro expropriado tentam colocar em prática para se apropriarem da área destinada ao “assentamento”. Por falta de espaço, pois que ela requer uma etnografia mais densa, destacarei neste artigo alguns exemplos dessa investida.

O usineiro tenta retomar a propriedade de, pelo menos, parte da área. Numa das últimas dessas investidas, ele encaminhou uma equipe de topógrafos para realizar medições na área. Os “assentados” se organizaram num grande grupo e comunicaram aos topógrafos que não poderiam trabalhar naquela área, porque “era de reforma agrária”. Advertiram que a insistência deles resultaria em conflito aberto. Amedrontados e negando-se ao envolvimento em situações de tensão que não lhes dizem respeito, os topógrafos desapareceram do local.

Os fazendeiros vizinhos tentam usar a área improdutiva para pasto e/ou preservar e reassumir a posição de influência mantida no sistema de relações anteriores. Alguns destes, em nome de parcerias estabelecidas por trabalhadores ou seus familiares, em outro contexto, mantêm relações de reciprocidade, cedendo instrumentos de trabalho, aceitando a concessão de empréstimos, todas reconhecidas pelo produtor beneficiado como expressão da bondade e das relações de camaradagem antes construídas e hoje preservadas. Outros investem na criação ou recriação de laços de dependência, patrocinando bailes, churrascos, seja com objetivos eleitoreiros, seja pela criação de laços de afeto que constroem os produtores diante de reações por vezes violentas, devido à entrada de animais na lavoura, causando destruição e prejuízos.

O exemplo mais marcante de tentativa de controle político e ideológico desses produtores ocorreu através da mediação do padre que lhes oferece assistência religiosa há longos anos, que se associou com a diretoria da UDR - União Democrática Ruralista, setor regional sediado em Campos, para lhes prometerem doação de recursos valiosos e de alto custo: trator, tratorista e combustível para preparo de solo de todos os trabalhadores e em extensão de área definida pelos beneficiários. Embora recurso fundamental à constituição desse produtor, a oferta foi pública e veementemente rechaçada.

### **O acesso “provisório” à terra: redefinição interna do conflito**

Para viabilizar a produção, a autonomia e o auto e hétero reconhecimento social dos produtores agrícolas, os dirigentes sindicais orientavam para que o cultivo fosse iniciado de imediato, em áreas de terra próximas à residência dos trabalhadores conforme distribuição estabelecida pela administração da usina e algumas readaptações ocorridas por ocasião do período falimentar. Os trabalhadores, por conseguinte, iniciaram a atividade produtiva enquanto produtor independente objetivando, de forma mais acabada, a idealização da roça **de beirada de casa.**

Os trabalhadores fixavam suas residências orientados por regras neolocais e de proximidade com os familiares, preferencialmente da esposa e secundariamente do esposo. Se essa regra não podia ser ocasião do casamento, os trabalhadores se orientavam no sentido de ir, aos poucos, colocando-a em prática. Dessa forma, assim estão distribuídos os produtores agrícolas e assim estão se organizando diante da iminência de apropriação formal e legal da propriedade da terra. Aproveitam a situação atual, relativamente ambígua quanto ao futuro vislumbrado, para irem delimitando a área de cultivo em proximidade à dos parentes.

A proximidade de residência de famílias de mesma parentela ou que estabeleceram laços através do casamento e cujas regras são preferencialmente endogâmicas, pode, contudo, propiciar situações de conflito em que o padrão de harmonia previsto para a relação entre os parentes não se objetiva. Nesse caso a regra de valorização da harmonia e entre-ajuda expressa pela proximidade de residência dos parentes, principalmente os consangüíneos, é reafirmada às avessas. A unidade familiar ou uma delas que violou essa regra delimita o lote de terra distante da parentela, minimizando ou controlando os efeitos negativos das relações conflituosas que estejam ocorrendo. Essa mesma estratégia é adotada por vizinhos que não sejam parentes, quando diante da mesma forma de tensão.

A agregação de parentes pode desempenhar um valioso papel no controle seletivo do lote de terra, concentrando áreas propiciadoras de melhor renda diferencial, pela fertilidade ou pela localização. Podendo se valer de recursos acumulados por gerações anteriores, avós e pais, muitas das famílias mais jovens obtiveram melhor localização da residência, mas

próxima à estrada, pracinhas de mercado e centros de concentração de recursos sociais e institucionais formais (escola, igreja, posto médico, campo de futebol, ponto final de linha de ônibus e assistência social e agrônômica). Além disso, a agregação de parentes facilita a alocação de trabalhadores complementares nos momentos de pico das tarefas agrícolas.

Se há um consenso quanto ao privilegiamento da ocupação da terra pelos trabalhadores anteriormente vinculados à usina, beneficiários por excelência, se esse privilegiamento pode incluir aposentados, o dissenso se estabelece quando eles estão competindo pelo controle da localização da área de terra. Como em princípio todos querem sua área de terra próxima à antiga ou atual casa e, sob o domínio do usineiro, os trabalhadores que melhor controlavam as condições (ainda que precárias) de moradia, residiam próximos uns aos outros e junto às estradas de rodagem, essa concentração de casas é impeditiva da objetivação daquele desejo. Diante da concorrência por bens socialmente mais valorizados, limitados e escassos, e do risco de verem sua conquista desconsiderada, os trabalhadores vêm debatendo os critérios de apropriação e localização do lote.

A regra geral por todos aceita, qual seja a proximidade do lote em relação casa, reproduz a diferenciação e privilégios antes conquistados. Diante do impasse, esse mesmo sistema social do passado que legitima a proximidade casa-roça, pode ser invocado para desqualificar um dos contendores, segundo outras regras. E se essa argumentação não for considerada, os critérios em bloco negados, porque criados pelo INCRA e desrespeitosos das regras do sistema de organização social por eles vivido, podem ser aventados: ausência de força de trabalho familiar, idade avançada e limitativa para se apropriar de área considerável de lote produtivo.

As disputas dos trabalhadores na delimitação do local do seu lote de terra se ampliam em face da reivindicação de equilíbrio na distribuição dos diversos tipos de solo. Segundo eles, os tipos de solo na área desapropriada se subdividem quanto à topografia em **vargem** (várzea ou área planas e baixas) e **morro** (com elevação). quanto ao grau de fertilidade em “terra boa para plantar” ou “terra que ajuda a gente”; (“terra sacrificada” (de fertilidade diminuta) ou “terra que precisa adubo”; e “terra que a água vem apanhar” ou “terra de enchente”) e **lugar de pedra**. Consideram então que os lotes devem estar próximos às residências e contemplar áreas de **morro** e de **vargem**, relativizando o

valor da **terra fraca** e desconsiderando a **terra de água** e o **lugar de pedra**.

A discussão em torno desses critérios vem se acirrando porque, na medida em que os produtores foram se consolidando, também foram abandonando a forma de apropriação inicial, orientada pela experiência anterior de acesso à **rocinha de beirada de casa** ou **roça**: a produção como complemento da subsistência, a quantidade calculada por uma noção de tempo que não ultrapassa o período correspondente ao ciclo produtivo do feijão e do milho. Sob tais circunstâncias era relativamente simples manter a regra de apropriação do lote pela proximidade da residência. Na medida em que os chefes de família desejam e precisam expandir a produção, melhor dimensionam o tamanho da parcela necessária e incorporam o planejamento de safras concomitantes e consecutivas, as divergências e as disputas entre vizinhos começam a vir à tona.

Organizando-se diante de tais pressupostos e condições sociais, os produtores se engajaram num processo de construção de novas regras e valores; de outros princípios de hierarquização e reconhecimento social. Para tentar fazer valer suas concepções e seus interesses tem se organizado em grupos. A base primeira dessa agregação é o agrupamento de produtores por fazenda, geralmente recaindo sobre princípios de afiliação por parentesco e residência. Nestes termos, a organização dos grupos segue a distribuição geográfica das fazendas, e sobre essa distribuição se impõem atributos da forma de hierarquização presente no sistema de poder e disciplinar da **usina**.

Os trabalhadores vêm elaborando uma medida padrão suposta como unidade de equivalência para redistribuição da terra - 3 alqueires ou aproximadamente 15ha. Após longo debate com os técnicos do INCRA, foi acatada. Nos três alqueires, os “assentados” vislumbram uma produção sob melhor produtividade e rotatividade, cujo rendimento os faça ultrapassar a mera sobrevivência contabilizada a cada dia e arriscada diante de cada imprevisto ou situação de infortúnio. A obtenção de uma caderneta de poupança, como produto dessa conquista, é o símbolo que melhor expressa a expectativa em relação ao futuro em construção.

Ao lado disso, tentam impor seus interesses pela materialização dos efeitos da intenção de fazer valer seus direitos de manutenção da roça próxima a residência: a criação do direito de posse pela plantação de bens de raiz, principalmente bananeiras, ou a objetivação de um trabalho

potencializado e de recursos financeiros investidos (construção de casa de farinha, por exemplo). A lógica da estratégia é que tais materializações desestimulem o outro interessado na área, porque teria que dispor, no mínimo, de recursos financeiros para pagamento do trabalho materializado e potencializado.

### **Diferenciação Social e Totalizações Específicas**

A opção analítica de pensar os agentes a partir do sistema de relações em que estão diferencialmente inseridos, propiciou compreender a troca de posições e vinculações pela diversidade de possibilidades e constrangimentos. Tentando reconstruir o jogo de forças para analisar as formas de constituição dos diversos agentes, todos os atores entraram em cena, os incorporados e os excluídos, os mediadores e os mediados, cada um com seu peso relativo e com sua contribuição na criação e valorização de alternativas, de constrangimentos e de deslocamentos. Todos foram reconhecidos como capazes de diversamente influenciarem as posturas e os projetos um dos outros.

A diferenciação social não foi estudada por si mesma mas sob um processo de mudanças, ele mesmo diferenciador, desdobrado e reordenado também por essas diferenciações nele criadas ou rearticuladas. Ela é tomada como perspectiva de análise, evitando *reificações* e permitindo incorporar as inclusões e exclusões constituídas no processo.

A compreensão das posições sociais diferenciadas dos agentes em jogo favorece a reconstrução de totalizações específicas pela interseção de níveis e planos que aqueles papéis e filiações revelam. Propicia a superação de visões que supõem equivalência ou superposição de níveis, isto é, que uma totalidade ou contextos gerais absorvam e modelem todos os agentes ou tenham para eles os mesmos significados.

Essa proposta de análise me parece frutífera em termos de método de construção desse conhecimento ou de problemas sociológicos, mas também em termos de avaliação dos desdobramentos de políticas públicas ou propostas de ação do Estado, abortadas diante da hegemonia dos interesses dos grandes proprietários de terra nessa instituição. São inegavelmente limitados os efeitos concretos do Estatuto da Terra (1964), do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) ou da ação prática

de projetos e atribuições do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -, atuando no sentido de atrapalhar o que devia viabilizar; de desestimular os trabalhadores em processo de apropriação social e jurídica do lote de terra e de eliminar os que ainda almejam esse acesso.

Porém, o estudo de um caso concreto de “assentamento” de trabalhadores rurais, onde aqueles mesmos limites foram impostos, revela a possibilidade de conhecimento de formas de organização e ação dos supostos beneficiários frente a presença-ausente dos técnicos do INCRA e a prorrogação *ad infinitum* da distribuição rarefeita e seletiva de recursos a serem transferidos através da mediação dessa instituição. Revela a possibilidade de reflexão sobre desdobramentos muitas vezes desconsiderados na avaliação política da implementação do PNRA (cf. VEIDA, 1991) e sobre a capacidade de contraposição dos trabalhadores a esses constrangimentos políticos. Demonstra a possibilidade de construção de imagem específica daquela instituição, a partir da qual os beneficiários se impõem e ordenam suas ações. E a compreensão dos sentidos das ações de atores envolvidos ou mobilizados por uma proposta, também para eles vista como promessa difícil de se tornar realidade, mas reivindicada mediante intensa mobilização, justamente porque falaciosa ou porque admitida como questão social (cf. PALMEIRA, 1992).

Compreendendo da mesma forma os limites explicativos do estudo de caso, essas duas dimensões de análise podem, complementarmente, oferecer melhor possibilidade de interpretação dos múltiplos, imprevistos ou inesperados desdobramentos de medidas e programas natimortos. Isto porque, este estudo de caso revela que tal processo de conversão de posições também depende da criação de relações sociais favoráveis em contextos específicos, construídas em virtude do reconhecimento desse ator político demandante de justiça social e de resposta a interesses próprios. Enfim, que o particular não é resíduo do geral ou de uma totalidade abstratamente construída, mas pertence a ordem das totalizações específicas.

## ABSTRACT

This article aims at presenting an analysis of the unfolding of the social practice and representation of wage earners from the cane agro-industry in Campos, Rio de Janeiro into agricultural producers in view of institutions linked to the politics of the agrarian reform.

**Key words:** agrarian reform; social representation; workers.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MOORE Jr., Barrington. Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
2. NEVES, Delma Pessanha. Do Ufanismo à Misericórdia. Estudo das estratégias políticas e ideológicas dos usineiros da Região Açucareira de Campos (RJ). Relatório parcial de pesquisa apresentado à ANPOCS, Rio de Janeiro, mimeo., 1985.
3. \_\_\_\_\_. "A diferenciação sócio-econômica do campesinato". Ciências Sociais Hoje. 1985. São Paulo, Cortez Editora/ANPOC, 1985:220-241
4. \_\_\_\_\_. Engenho e Arte Estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1988.
5. \_\_\_\_\_. Por trás dos verdes canaviais. Niterói, EDUFF/UFF, 1989a.
6. \_\_\_\_\_. Do Imbé um novo horizonte. Estudo do processo de mudanças sociais nas relações de trabalho e poder entre ex-trabalhadores rurais da Usina Novo Horizonte, Campos (RJ), em processo de assentamento. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPQ, Mimeo., 1989b.
7. \_\_\_\_\_. "Usineiro Expropriado - Trabalhador Recriado". Revista Reforma Agrária. vol. 21, set/dez, n.3, Campinas, ABRA: 74-90.
8. O'DWYER, Eliane Cantarino. Da Proletarização Renovada à Reinvenção do Campesinato. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 1988.
9. PALMEIRA, Moacir. "Modernização e reforma agrária". Democracia na Terra. nº. 2, 1991:2-4. Rio de Janeiro: Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

10. PIQUET, Rosélia. "Salário, moradia, cidade: a dinâmica de uma exclusão", *in* PIQUET, Rosélia (Org.). Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate. Edições PUBLIPUR/IPUR. UFRJ. 1986: 68-85.
11. PUREZA, José. Memória camponesa. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
12. TEPICHT, Jerzy. "Project for research on the Peasant revolution of our time". The Journal of Peasant Studies. Vol.1.2, Number 3. London: Frank Cass Co. Ltda, April 1975.
13. VEIDA, José Eli da. A Reforma Agrária que virou suco. Uma introdução ao dilema agrária do Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.